

A defesa da universidade, de nossas condições de vida, da dignidade do nosso trabalho, está nas nossas mãos

A diretoria e o Conselho da Adusp, juntamente com o Fórum das Seis, têm argumentado que as reitorias têm condições de diminuir a catastrófica situação em que se encontram o nosso salário e a atmosfera de trabalho na universidade. Entre outras providências, apresentamos:

- Estudo mostrando a viabilidade de um reajuste emergencial de 10% em dezembro de 1999 e 13º salário.
- Estudos demonstrando as imensas perdas salariais acumuladas nos últimos cinco anos (sem falar nos últimos 10 anos...)
- Estudo mostrando a viabilidade de reajuste emergencial em fevereiro de 2000, quando a situação orçamentária das universidades é a melhor dos últimos 10 anos;
- Argumentação mostrando que a atmosfera de trabalho deteriorara-se continuamente, com reflexos profundamente negativos no ensino, na pesquisa e extensão;
- Na USP, especificamente, contestamos a perspectiva empresarial e persecutória que tem caracterizado as diretrizes da reitoria executadas pela CERT.

A reação das reitorias têm sido a mesma: fazem discurso de que o salário é baixo, enquanto acumulam mais "folga orçamentária".

Devemos reagir, organizadamente, em defesa da universidade pública e das nossas condições de vida e trabalho. Só a mobilização poderá fazer com que as reitorias se disponham a fazer negociações efetivas. A hora é agora!



Daniel Garcia

Participe das assembleias setoriais

Discuta com os colegas as propostas indicadas pela Assembleia Geral de 16/3:

1. Declarar inaceitável, neste momento de Campanha Salarial, qualquer proposta de reajuste diferenciado entre categorias, intra-categorias ou entre ativos e inativos.

2. Deliberar sobre as reivindicações salariais. Estão sendo indicadas as propostas abaixo, oriundas do Fórum das Seis.

a) Gatilho de 5%

b) Alternativas de índice:

i) atualização da reivindicação de maio de 1999. Estimativa: 27% (atualização inflacionária pelo ICV-Dieese dos 16,4% de maio de 1999);

ii) recuperação imediata de maio de 1995. Estimativa: 33% (ICV-Dieese);

iii) recuperar maio de 1999 e 15% de perdas

passadas. Estimativa: 25% (ICV-Dieese);

iv) política salarial de recuperação aos níveis de maio de 1995 com pelo menos 20% de reajuste na data-base.

3. Paralisar as atividades acadêmicas no dia 5 de abril, dia do lançamento oficial da Campanha Salarial 2000 (Anfiteatro da História, às 14h00). Discutir propostas de outras atividades para a manhã desse dia;

4. Enviar carta aos alunos, apresentando a gravidade da situação por que passam a universidade e o ensino público e gratuito;

5. Estimular a manifestação dos órgãos colegiados sobre a questão salarial;

6. Pedir à reitoria a publicação nominal da lista de salários pagos pela USP;

7. Debater a relação entre avaliação e campanha salarial (é este o momento oportuno?).

Assembleia geral da Adusp
3ª feira - 29/3/2000 - 17h00
Auditório Jacy Monteiro - IME

Funcionários do Banespa enfrentam privatização e querem plebiscito estadual

A privatização do Banespa, um dos maiores bancos públicos do Brasil, com 577 agências no país (inclusive 40 em outros estados) e algumas no exterior, e 21 500 funcionários na ativa (mais 1 500 em empresas do grupo) vem gerando forte contestação nos últimos meses.

Os funcionários do banco e outros setores populares estão encaminhando a coleta de assinaturas para a realização de um plebiscito, no qual a população paulista se manifestaria sobre a privatização.

“A Constituição de São Paulo admite que a Assembléia Legislativa vote projetos de iniciativa popular assinados por 1% dos eleitores, cerca de 235 mil pessoas atualmente. Nossa meta é conseguir 1 milhão de assinaturas, para dar maior representatividade ao plebiscito”, explica o bancário Ademir

Wiederkehr, diretor da Associação dos Funcionários do Banespa (Afubesp).

No dia 14 de março, a Afubesp, o Sindicato dos Bancários e outras entidades sindicais realizaram vigília e ato público contra a privatização diante da agência central do Banespa, com a participação de 2 000 pessoas, inclusive parlamentares de partidos de oposição. A manifestação trouxe a São Paulo delegações e caravanas de funcionários do interior do estado, e do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O processo de privatização foi paralisado pela justiça, que concedeu três liminares. A mais importante delas, que suspende completamente o processo, foi requerida por um grupo de 12 procuradores do Ministério Público Federal, que elencaram 22 ilegalidades nos procedimentos dos

governos federal e estadual. O leilão, previsto para 16 de maio, foi adiado *sine die*.

“A luta só jurídica, ou levada adiante só pelos funcionários, não resolve, como vimos em outros casos de privatização. Por isso queremos envolver toda a sociedade, mostrando a importância do Banespa e realizando o plebiscito. Queremos que o povo de São Paulo decida”, enfatiza Ademir, lembrando que em 150 municípios paulistas o Banespa é a única instituição financeira presente.

Por outro lado, banqueiros nacionais, recém-convertidos ao nacionalismo (como o ex-ministro Bresser Pereira), tentam impedir não a privatização, mas a participação do capital estrangeiro, que por decisão do governo federal, atual detentor do controle acionário, poderá chegar a 100% da compra. “Não queremos banqueiros nacionais

nem estrangeiros, a política de todos eles é predatória”, diz o sindicalista.

As ações do Banespa são divididas em 50% Preferenciais Nominativas (PN) e 50% Ordinárias Nominativas (ON). O governo federal pretende vender em leilão o controle acionário do banco, 51% do total das ações ON. Ou seja: o Banespa poderá ser arrematado por apenas ¼ ou 25% de seu valor total. Como seu valor total, segundo o avaliador contratado pela União, aproxima-se de R\$ 6 bilhões, por apenas R\$ 1,5 bilhão o Banespa poderá ser entregue ao setor privado.

O valor citado acima não inclui os estoques de crédito duvidoso do setor privado, que chegam a R\$ 6,4 bilhões, em valores atualizados. Se receber apenas 25% destes créditos, quem comprar o Banespa já terá reembolsado todo o seu investimento.

“Outros 500” e protesto contra a Globo

Protestar contra a campanha oficial *Brasil 500 anos* e resgatar a “história que a TV faz questão de não contar”. Esses foram os objetivos do ato político-cultural organizado pelo Comitê *Brasil Outros 500*, DCE-Livre da USP e outras entidades, na avenida Faria Lima, em São Paulo, na quinta-feira, dia 22. Os manifestantes concentraram-se no Largo da Batata e dirigiram-se até a Praça Luís Carlos Paraná, onde a Rede Globo instalou um relógio que faz a contagem regressiva dos 500 anos de “descobrimiento” do Brasil. Mais de mil participantes, de acordo com os organizadores, estiveram presentes ao ato que terminou em confronto com a PM. Em nota à imprensa, o DCE-Livre da USP afirma que alguns manifestantes “atira-

ram objetos no relógio, que ficou manchado de tinta”, e que “a provocação do efetivo da PM incitou vários manifestantes ao enfrentamento”.

De acordo com a nota, a manifestação tinha um caráter pacífico, “até porque seria contraditório denunciar a violência em 500 anos de história e tomar atitudes violentas no próprio ato”. A ação da PM impediu que os manifestantes retornassem a seus ônibus. Além disso, um dos diretores do DCE, Diogo Moysés, foi detido. O ato já tinha acabado quando os po-



liciais o prenderam, alegando que “precisavam levar alguém.” Ele foi solto depois de prestar depoimento e pagar fiança. Outro manifestante, do movimento punk, também foi detido.

Durante o ato, lançou-se a *Caravana para Porto Seguro*, movimento que pretende, no dia 22 de abril, mostrar os *outros 500* da história do Brasil.

Atendimento

Jurídico

Os sócios podem consultar o advogado sobre qualquer questão administrativa, trabalhista ou mesmo pessoal. A consulta é gratuita. Marque seu horário, envie questões, sugestões e críticas.

Plantões na Capital:

Quartas-feiras, das 9h às 13h.
Telefones: 818-4465/818-4466/ 813-5573.
Fax: 814-1715.
E-mail: juridico@adusp.org.br

Plantões em Ribeirão Preto:

Segundas e quartas-feiras, das 10h às 12h. Telefones: (016) 633-7878 e 602-3520.
Fax: (016) 633-8066.
E-mail: juridicorp@adusp.org.br

A CERT (e portanto o Reitor) tem usado e abusado de um poder que não tem

A CERT, Comissão Especial de Regimes de Trabalho, é composta de 13 membros, todos escolhidos pelo Reitor da USP. Quando uma de suas medidas é executada, ela o é pelo Reitor e sob sua única e exclusiva responsabilidade! É nítida a mudança em suas atribuições, na prática das últimas gestões. São vários os casos em que esta comissão interfere nas deliberações dos Departamentos e Unidades acerca de renovações contratuais e dos períodos probatórios do RDIDP e RTC. Suas funções extrapolam por completo a perspectiva histórica de uma comissão constituída com o intuito de zelar para que o regime de dedicação exclusiva fosse cumprido, impedindo, por exemplo, que a Universidade fosse usada como um cartão de visitas para atividades não condizentes com os interesses da instituição pública.

Há apenas um par de décadas não se concebia uma comissão central da Universidade tendo como responsabilidade a avaliação do “desempenho” de cada docente individualmente. Esta tarefa cabia essencialmente aos Departamentos e às Unidades. A partir da publicação da lista de docentes acusados de “improdutivos” pelo jornal *Folha de S. Paulo*, durante a gestão Goldemberg, fica claro que a perspectiva de avaliação do trabalho docente mudava, na ótica daqueles que estavam na gerência da USP. Os critérios de avaliação de desempenho em função de parâmetros quantitativos simples começavam a ganhar espaço e não tardou muito para que a CERT liderasse um processo de avaliação departamental com um caráter predominantemente produtivista e cientificista.

Mais recentemente, nas gestões Fava e Marcovitch, a CERT mostra-se bastante decidida a avaliar cada docente cujo processo, por qualquer motivo, passe por suas mãos. Suas decisões primam pela falta de respeito a padrões éticos de relações de trabalho. Nossos Departamentos analisam nossas atividades com base em relatórios e pareceres circunstanciados. A CERT transforma estas decisões; com base em quê? **Somos julgados à revelia, sem conhecer os parâmetros do**

O que pretendemos ter como fruto do trabalho universitário, se a perspectiva quantitativa predomina? Como uma das mais importantes universidades do país pode adotar métodos tão primários, autoritários e escusos de avaliação docente?

juízo, e pior, sem que os órgãos universitários competentes tenham definido esses novos parâmetros.

Por outro lado, mesmo que a CERT elaborasse mais seus procedimentos e explicitasse seus critérios, existiria amparo legal para que, sem a concordância da Unidade, a CERT possa mudar o regime de trabalho de um docente? O Artigo 91 do Estatuto da USP define que à CERT “incumbe analisar as admissões docentes, **opinar acerca do regime de trabalho**, orientar e coordenar a aplicação da legislação pertinente, bem como zelar pelo cumprimento das respectivas obrigações”, enquanto que o Artigo 201 do Regimento Geral da USP deixa claro que, na hipótese de mudança de regime de trabalho dos docentes, a decisão é da competência dos Departamentos. Assim, a USP define a CERT como uma comissão com caráter consultivo/opinativo e, através de seu Regimento, claramente atri-

bui aos Departamentos o movimento de propor alteração de regime de trabalho de seus docentes. Sem este movimento, não há por que a CERT, por iniciativa própria, determinar tais alterações.

Que universidade se constrói quando admitimos que as relações de trabalho sejam permeadas por tamanha arbitrariedade? O que pretendemos ter como fruto do trabalho universitário, se a perspectiva quantitativa predomina? Como uma das mais importantes universidades do

país, no caso de quatro desses docentes, estava sendo “considerada a possibilidade de passá-los para RTC, e mesmo RTP”, caso “fatos novos não fossem apresentados pela Diretoria ou Chefia do Departamento”, já que sua produção científica, em termos de publicações em revistas internacionais de impacto, estaria insuficiente. Essa decisão poderia ser postergada caso cada um daqueles docentes se compromettesse a publicar, no período dos próximos dois anos, mais 2 artigos em revistas nacionais arbitradas e 1 em revista internacional de impacto, vindo a submeter novo relatório após aquele período.

Ao tomar conhecimento dessas exigências e ameaças, o Conselho do DMG e a Congregação do Instituto reafirmaram, por unanimidade, a necessidade de que esses docentes permaneçam em RDIDP, em função de seu reconhecido engajamento no conjunto das atividades de ensino, pesquisa e extensão. No dia 17 de março o Reitor recebeu as referidas manifestações dos colegiados do Instituto de Geociências e tomou conhecimento oficial dos fatos, em audiência concedida ao Diretor da Unidade. Até o presente momento, porém, a CERT não acolheu a posição do Instituto e, pelo contrário, recentemente, um professor titular da unidade recebeu um parecer análogo, considerando suas publicações como aquém do desejado e fazendo a solicitação de um relatório de suas atividades de pesquisa daqui a dois anos.

É importante que as instâncias universitárias compreendam que não é, e não será, através de arbitrariedades e ilegalidades que uma comissão, sob inteira responsabilidade do Reitor, contribuirá para aumentar a excelência do trabalho aqui realizado.

país pode adotar métodos tão primários, autoritários e escusos de avaliação docente?

O exemplo do IG

Em 1997, oito docentes do anterior Departamento de Mineralogia e Petrologia (DMP), todos contratados em regime permanente no RDIDP desde os anos 80, fizeram concurso de ingresso na carreira, e foram nomeados pelo reitor para os cargos de Prof. Dr. em RDIDP, em setembro daquele ano. Dois meses após, a CERT pediu para seis desses docentes que, decorridos dois anos da nomeação, viessem a apresentar relatório circunstanciado de suas atividades didáticas e de pesquisa. Esses relatórios, devidamente aprovados pelo Conselho do Departamento de Mineralogia e Geotectônica (DMG, sucedâneo do DMP), e pelo CTA da Unidade, foram enviados à CERT em setembro de 1999.

No final de 1999, a direção do Instituto foi contactada pela CERT para ser informa-

Dividir para reinar, ou reitorar

Troquinhos extras e centralização de poder, eis a nova política salarial

A Reitoria apresentou aos diretores de unidades o documento "Política de Remuneração e Benefícios", com sua proposta salarial. Os percentuais efetivos foram apenas verbalizados. Aqui vamos nos ater aos quatro primeiros itens.

A modestíssima porcentagem de reajuste (em torno de 7%) indicada pela reitoria no item 1 é certamente uma ofensa à inteligência dos docentes da USP, tendo em vista a presente folga orçamentária e a perda salarial acumulada (33% desde maio de 1995). O comprometimento acumulado com salários nas três universidades, até fevereiro de 2000, foi de 73,8%. Ao mesmo tempo, a estimativa conservadora do governo para o crescimento do orçamento é de 7%.

O item 2 é uma traição. Não existem dúvidas sobre as intenções do governo FHC e Covas de discriminar os aposentados. Mas, até agora, a comunidade universitária e suas reitorias estiveram unidas na defesa dos direitos da *nossa aposentadoria*. A proposta da Reitoria quebra essa unidade e ainda abre a guarda para outros ataques. Inevitável aqui suspeitar que ela recebeu essa encomenda do governo estadual, quem sabe através do secretário de Ciência e Tecnologia, ao qual está ligado o Criesp. A questão é se vamos entregar as conquistas da *nossa aposentadoria* por míseros 2% ou 3% de abono anual!

Acrescente-se que qualquer um com um mínimo de reflexão sobre o trabalho na universidade conclui rapidamente que a nossa produtividade de hoje depende do aposentado de ontem. Portanto, não é politicamente aceitável e nem cientificamente recomendável que técnicos de recursos humanos apliquem na universidade critérios originados no setor

privado e que desrespeitam nossa história de desenvolvimento acadêmico. Preocupante ainda a alusão feita a uma avaliação retroativa dos aposentados, que trataria de forma diferenciada aqueles que "tenham contribuído, comprovadamente, para esta evolução no período". Quem comprovará? Qual o período?

No item 3 a Reitoria indica uma gratificação extra para doutores com até cinco anos de USP e menos de 35 anos de idade. Atualmente, são cerca de 260 docentes nessa condição e, portanto, o efeito orçamentário é irrisório. De novo aqui o problema é com o precedente aberto, em momento de campanha salarial para recuperação de perdas, de contemplar alguns com um "troquinho" a mais (falou-se em 2,5%!).

Por fim, o item 4 propõe um fundo de valorização do

desempenho acadêmico (cerca de 3% de reajuste a mais). Ele iria "recompensar, em pecúnia", àqueles que passassem pelo crivo de um sistema objetivo e transparente de aferição do desempenho. Ou seja, esse seria o preço inicial pago para a implantação da proposta de avaliação diretamente subordinada ao Reitor por meio de sua comissão assessora, a CERT.

Não vamos neste momento discutir o mérito dos dois primeiros documentos sobre avaliação, elaborados por essa comissão assessora do Reitor. O que é extremamente grave é que estamos diante de uma iniciativa de caráter centralizador e empresarial. Ela concentra todo o poder da avaliação do trabalho acadêmico nas mãos do Reitor, em uma comissão escolhida segundo seus compromissos políticos

e critérios de confiança administrativa. Quem tem o poder de avaliação e de definir salários diferenciados passa a ter comando absoluto das diretrizes do trabalho universitário. É evidente o esvaziamento de poder que isso representa para as Congregações e Conselhos de Departamento.

Tudo somado chegaremos a 10%, 13% ou 15,5%, se você for um dos doutores "sortudos" com 35 anos de idade que conseguiram um contrato com a universidade. A disponibilidade orçamentária mostra ser possível começarmos a discutir um reajuste de pelo menos 20%. Estamos dispostos a financiar com nossas perdas salariais o desmonte de nossas aposentadorias e a implantação de um sistema de avaliação centralizador do poder universitário?

Coquetel Cultural volta no dia 31

O Coquetel Cultural está de volta.

No próximo dia 31, sexta-feira, a partir das 17 horas, serão lançados na sede da Adusp três livros de autoria de professores da FFLCH e da ECA. Também está previsto o lançamento da Revista Adusp nº 19.

Gêneros de discurso na escola, Leitura e construção do real e Outras linguagens na escola foram organizados, respectivamente, pelos professores Helena Nagami Brandão, Guaraciaba Micheletti, ambas da FFLCH, e Adilson Citelli, da ECA. Partes de um projeto maior, com outras implicações acadêmicas, coordenado pela professora Lígia Chiappini Moraes Leite (FFLCH/Universidade Livre de Berlim),



os livros citados foram publicados pela Editora Cortez, dentro da coleção Aprender e Ensinar com textos, da qual aquela docente é a coordenadora geral.

Os livros buscam estudar, pela ordem, os gêneros discursivos, os temas de língua e literatura, os meios de comunicação de massa e as novas tecnologias, tendo em vista a abertura de diálogos com os professores do ensino médio e fundamental, assim como dos cursos de formação de docentes. É

sabido que os materiais didáticos disponibilizados para a rede de ensino médio e fundamental apresentam características padronizadoras e excludentes de uma série de manifestações culturais, variáveis discursivas e alternativas de linguagem. Tal fato contribui para que, muitas vezes, surjam enormes distâncias entre a realidade dos alunos (e dos próprios professores) e as dinâmicas didático-pedagógicas que se processam nas salas de aula. Os ensaios reunidos pelos autores dos três livros apresentam alternativas e caminhos novos para se pensar um ensino mais dinâmico, instigativo e, sobretudo, de respeito à cultura da diversidade.